

Economistas culpam governo pela crise

2 OUT 1985 Economia Brasil

O crescente endividamento do governo, apontado como causa das altas taxas de juros e da inflação, voltou a chamar a atenção ontem dos participantes do VI Congresso Brasileiro de Economistas, em Brasília; contudo, não se chegou a um consenso sobre a melhor maneira de enfrentar o problema. A única certeza é que «sem atacar o problema da dívida, qualquer política econômica que se propõha acabará dando em nada», como resumiu o economista Marco Antônio Martins, assessor do Senado Federal.

Já o economista Paulo Oscar França, assessor do Banco Central, defendeu o pagamento da dívida, afirmando que «é justamente porque o governo não honra seus compromissos que o débito cresce em bola de neve». França lembrou, inclusive, que a dívida do governo não é constituída apenas por títulos, mas incorpora cerca de 160 trilhões de cruzeiros de débitos contraídos diretamente junto aos bancos por órgãos da administração direta e empresas estatais.

Não constitui calote a posição dos países latino-americanos de recusarem-se a pagar suas dívidas externas — disse por sua vez o professor Teotônio dos Santos, da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo o professor, o termo «calote» tem nítida conotação ideológica, sendo difundido pelos banqueiros internacionais para tentarem subjugar os países devedores.

Calote, diz Teotônio dos Santos, não é deixar de pagar a dívida, mas sim a própria dívida, porque ninguém sabe o que foi feito deste dinheiro. «exceto as comissões depositadas para o pequeno grupo de tomadores», nos bancos da Suíça.

Na mesa-redonda realizada anteon-

tem, contando com a participação dos economistas Tetônio dos Santos, Crisóstom Buarque, reitor da UnB, Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e Fernando Cruz, presidente da Federação Nacional dos Economistas, houve consenso no sentido de que a origem dos problemas de conjuntura econômica do País é, em primeiro lugar, de natureza política e, em segundo lugar, de natureza estrutural.

A rigidez das taxas de juros resulta muito mais da tributação indireta e direta, do que propriamente da remuneração dos banqueiros, segundo garantiu Paulo Oscar França, assessor especial da Diretoria da Área Bancária do Banco Central (Diban). Salientou ainda que «mesmo com a política monetária frouxa, fica difícil reduzir o atual patamar dos juros».

«A taxa de juros deveria ser determinada pelo maior ou menor grau de segurança e pelo maior ou menor grau de liquidez. O ativo mais líquido e mais seguro seria o menos rentável», afirmou Paulo França, que participou de um painel sobre a reforma financeira, juntamente com os economistas Raimundo Moreira, ex-secretário-geral-adjunto do Ministério da Fazenda, e Marco Antônio Martins, assessor do senador Saturnino Braga.

Os economistas Carlos Lessa, diretor do BNDES, e Paulo Guedes, presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais — Ibme, não compareceram ao painel, embora seus nomes constassem do programa. Segundo fontes vinculadas à organização do Congresso, houve boicote tanto de economistas do PMDB como da tendência monetarista.